



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS – COCDIR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2023

(Processo nº 00200.004464/2023-33)

ANEXO IV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 21 /2023

ÁREA DE OCUPAÇÃO Nº: 12,32 m2

PERÍODO DE OCUPAÇÃO: 12/08 a 16/08, 19/08 a 23/08 e 26/08 a 30/08

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: das 10h00 às 17h00.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Senado Federal autoriza, a título precário, o(a) Senhor(a)/Empresa ISRAEL MENDES DE ÁVILA | ÁVILA'S AÇAI, com endereço ou sede na QUADRA QN 7, CONJUNTO 21, CASA 06, RIACHO FUNDO I, portador da Carteira de Identidade n.º 26.996.738/0001-44, inscrito(a) no CPF ou CNPJ n.º 26.996.738/0001-44, doravante denominado AUTORIZATÁRIO(A).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objetivo permitir o uso, sem ocupação fixa, da área pública, situada no estacionamento interno do Senado Federal, para exercer a atividade de comercialização e venda de alimentos e bebidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de autorização terá validade apenas no período de 12/08 a 16/08, 19/08 a 23/08 e 26/08 a 30/08 das 10h00 às 17h00 horas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COBRANÇA DO PREÇO PÚBLICO

O Preço Público será cobrado pela Administração por meio de documento de arrecadação.

**SENADO FEDERAL**

A concessão do presente Termo fica condicionada à apresentação da Guia de Recolhimento da União – GRU devidamente quitada.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

É obrigatória a utilização de acessórios de higiene tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos;

A ocupação deverá se dar por veículo devidamente equipado, limitado ao espaço de uma vaga demarcada pela Administração.

Em caso de uso de energia, deverá ser adquirida exclusivamente por meio de geradores.

É expressamente proibida a venda de produtos ilícitos e de qualquer tipo de BEBIDA ALCOÓLICA.

Após o término da validade da autorização, deverá a Autorizada deixar o local, devidamente limpo e arrumado.

O não cumprimento de qualquer uma das normas acarretará na suspensão da autorização ou apreensão do material proibido.

Brasília, 12 de agosto de 2024.

SENADO FEDERAL


AUTORIZADO(A)



